

RELAÇÃO DE NORMATIVOS FEDERAIS ATINENTES À DOAÇÃO E TRANSPLANTE DE ÓRGÃOS E TECIDOS HUMANOS

LEGISLAÇÃO FEDERAL	EMENTA
Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997.	<i>Dispõe sobre a retirada de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante</i>
Lei n.º 10.211 de 23 de março de 2001.	<i>Altera dispositivos da Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que "dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento"</i>
Lei n.º 11.521 de 18 de setembro de 2007.	<i>Altera a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, para permitir a retirada pelo Sistema Único de Saúde de órgãos e tecidos de doadores que se encontrem em instituições hospitalares não autorizadas a realizar transplantes</i>
Resolução CFM nº 1.826/2007.	<i>Dispõe sobre a legalidade e o caráter ético da suspensão dos procedimentos de suporte terapêutico quando da determinação de morte encefálica de indivíduo não doador de órgãos</i>
Portaria Ministério da Saúde nº 2.600, de 21 de outubro de 2009.	<i>Aprova o regulamento técnico do sistema nacional de transplantes</i>
Resolução ANVISA - RDC nº 55, de 11 de dezembro de 2015.	<i>Dispõe sobre as boas práticas em tecidos humanos para uso terapêutico</i>
Decreto nº 9.175, de 18 de outubro de 2017.	<i>Regulamenta a lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, para tratar da disposição de órgãos, tecidos, células e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento</i>

Resolução CFM nº 2.173/2017.	<i>Define os critérios do diagnóstico de morte encefálica</i>
Resolução ANVISA - RDC nº 214, de 7 de fevereiro de 2018.	<i>Dispõe sobre as boas práticas em células humanas para uso terapêutico e pesquisa clínica, e dá outras providências.</i>